

## INVESTIGANDO AS CONCEPÇÕES DOS DOCENTES E EQUIPE GESTORA EM RELAÇÃO AO CONCEITO E FINALIDADE DO CONSELHO DE CLASSE: UM ESTUDO DE CASO

Gerlaine Henrique da Costa (1); José Wantuir Queiroz de Almeida (2).

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, [gerlainehenrique@gmail.com](mailto:gerlainehenrique@gmail.com);

<sup>2</sup>Universidade Estadual da Paraíba, [riutnaw@hotmail.com](mailto:riutnaw@hotmail.com).

**Resumo:** O presente artigo tem como intuito, analisar as concepções dos docentes e equipe gestora de uma escola da rede pública de ensino do município de Toritama- PE em relação ao conceito e finalidade do Conselho de Classe. Trata-se de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa e quantitativa-exploratória, a qual está fundamentada em um aporte teórico relacionado ao surgimento, conceito e finalidade do Conselho de Classe. As informações coletadas no campo de estudo foram analisadas mediante a técnica de Análise de Conteúdo (AC). Verificou-se que à luz do embasamento teórico exposto nesse estudo os professores e equipe gestora aproximaram-se sobre a compreensão do Conselho de Classe, mas em relação a sua finalidade apenas o (a) gestor (a) da referida instituição demonstrou vestígios de entendimento. Assim, propôs-se que sejam realizados novos estudos, como também formação continuada a respeito do Conselho de Classe discutindo seu conceito, bem como sua finalidade.

**Palavras-chave:** Conselho de Classe; Concepções; Professores; Equipe Gestora.

### Introdução

No âmbito escolar existem alguns encontros com a comunidade escolar em que têm o intuito de contribuir no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. E um deles é o Conselho de Classe, no qual o mesmo está relacionado com a avaliação do desempenho dos estudantes bem como com a didática dos docentes.

Todavia, diante da nossa vivência como docente nas redes públicas de ensino municipal e estadual, sabemos que o mesmo é entendido algumas vezes como um encontro em que será definido a vida escolar dos estudantes, ou seja, é decidido se os mesmos irão ser aprovados ou reprovados.

Para tanto, julgamos necessária a vivência do Conselho de Classe, entretanto o mesmo deve estar fundamentado na perspectiva de cooperar no processo de ensino-aprendizagem, no qual os docentes possam analisar suas estratégias de ensino refletindo se as mesmas estão contribuindo para que os estudantes construam seu próprio conhecimento em relação aos componentes curriculares, assim como para o desenvolvimento de sua consciência cidadã.

Portanto, reconhece que a prática do Conselho de Classe deve estar respalda numa perspectiva avaliativa, na qual possa contribuir na aprendizagem dos estudantes, bem como na didática docente. Assim, este estudo foi norteado pelo seguinte questionamento: *Quais as concepções dos docentes e equipe gestora de uma escola da rede pública de ensino do município de Toritama- PE em relação ao conceito e finalidade do Conselho de Classe?*

Para isso, objetivamos analisar as concepções dos docentes e equipe gestora de uma escola da rede pública de ensino do município de Toritama- PE em relação ao conceito e finalidade do Conselho de Classe, mediante a realização de um estudo de campo na referida Instituição de Ensino. E para conseguir chegar ao objetivo exposto, nos propusemos a elencar os seguintes objetivos específicos: Identificar as concepções dos docentes e equipe gestora da referida escola municipal sobre o conceito e finalidade do Conselho de Classe; e refletir criticamente em relação os conceitos e finalidades do conselho de classe através da revisão bibliográfica, bem como mediante os depoimentos dos sujeitos participantes da pesquisa.

### **Breve Relato Sobre o Surgimento do Conselho de Classe no Brasil**

Segundo Lopes (2016) as primeiras iniciativas de vivência do Conselho de Classe aconteceram na França por volta do ano de 1945 através da realização de uma reestruturação do sistema de ensino francês. Na qual, foram criados Conselhos de Observação em que eram compostos pelos *Conselho de Classe* em que atuava em cada turma, *Conselho de orientação* o qual exercia a função de monitorar os estabelecimentos de ensino e *Conselho Departamental* que possuía o papel de realizar orientação.

Nessa conjuntura, é interessante ressaltar ainda, de acordo com a mesma autora, que no período dessa reformulação educacional da França, algumas docentes brasileiras do estado do Rio de Janeiro realizaram estágios no Instituto de Pesquisas Educacionais de Sévres, na França. Nos quais, as docentes desenvolveram na referida Instituição de Ensino vivências com Conselho de Classe. Assim, conseqüentemente, após esses períodos de estágios, voltaram ao Brasil e coloram em prática os conhecimentos construídos em suas experiências acadêmicas na França no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp).

Entretanto, em conformidade com Fernandes (2007) só a partir da década de 1970 que no Brasil houve a implantação do Conselho de Classe em seu Sistema Educacional de Ensino

a através da Lei 5.692/71, a qual não apresentava explicitamente a estruturação do Conselho de Classe. Todavia, na mesma existia a possibilidades de condições para a inserção do mesmo no Sistema de Ensino brasileiro, em que a sua normatização era de responsabilidade dos Conselhos Estaduais de Educação.

Neste contexto, é essencial descrever que inicialmente o Conselho de Classe foi vivenciado nas Instituições de Ensino brasileiras com os seguintes participantes, como docentes das turmas, dirigente educacional, educador de apoio pedagógico e, apenas algumas vezes existia a participação do gestor escolar, bem como a presença de estudantes que só foi aceita em alguns casos através de representante de turma, conforme Fernandes (2007).

Ainda em relação a Lei 5.692/71 Fernandes (2007) aponta que nela o Conselho de Classe estava relacionado a uma percepção tecnicista da educação, na qual estava fundamentada em conceitos objetivos e eficazes, em que o sistema de educacional brasileiro possuía intenções de fiscalizar a metodologia dos docentes e ocasionar estudantes eficientes para o mercado de trabalho, pois naquela época existia a vivência da prática de seleção dos estudantes através da rotulação dos mesmos em aprovados e reprovados.

No entanto, existiam particularidades inseridas na Lei 5.692/71 que contribuíram na regulamentação do Sistema de Ensino brasileiro, como nos afirma Lopes (2016, p. 28)

A Lei 5.692/71, como referencial legal das práticas escolares, definiu aspectos administrativos gerais para a organização da educação. Ela normatizou, entre outros assuntos, o percentual mínimo de frequência escolar para promoção do aluno, indicou os regimentos escolares para disciplinar sobre aproveitamento, dependência, aprovação, reprovação escolar, recuperação da aprendizagem, avaliação escolar, currículo e deu ênfase para o entendimento acerca da prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos nos processos de avaliação da aprendizagem.

Posteriormente, por volta da década de 1980 com o encerramento do período da ditadura militar a educação brasileira passa por mudanças onde foi concebida a Constituição Federal de 1988, na qual em seu artigo 206 aborda as concepções sobre a vivência do ensino público fundamentada na gestão dos Estabelecimentos de Ensino alicerçada na democracia.

Nessa circunstância, percebemos que no gerenciamento das Instituições de Ensino deve estar embasado no âmbito democrático e participativo. Assim, notamos que existe uma relação atrelada ao Conselho de Classe, uma vez que o mesmo precisa ser vivenciado com a participação ativa dos membros da comunidade escolar.

Em seguida, por volta da década de 1990 o Sistema Educacional brasileiro sofre uma reestruturação através da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação –LDB/9394 de 1996, na qual em seu artigo 14 dispõe:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Assim, podemos reconhecer que existe a intenção de legalizar o Conselho de Classe na educação brasileira através da vivência de ações democráticas na escola, as quais podem ser fundamentadas com participação dos membros da comunidade escolar nos conselhos das Instituições de Ensino.

### **Discutindo Sobre Conceito e Finalidade do Conselho de Classe**

Silva (2011) menciona que o Conselho de Classe é a atuação de grupo de pessoas responsáveis pela gestão de uma Instituição de Ensino. No qual, no contexto da atuação pedagógica se caracteriza como um momento em que é analisado o desenvolvimento dos estudantes, das metodologias de ensino dos docentes e bem como da própria escola. Em que, todos atuam de maneira conjunta construindo ações para o aprimoramento da aprendizagem dos estudantes e da didática dos professores.

Esse conceito corrobora com a concepção de Richter e Cardoso (2008, p.1) quando apontam que “o Conselho de Classe é um órgão colegiado que visa articular as ações pedagógicas dos diversos segmentos da escola e constitui-se um momento privilegiado de avaliação”.

Assim, percebemos que o mesmo não está relacionado apenas aos relatos de problemas encontrados no cotidiano escolar, uma vez que ele é vivenciado com a intensão de “discutir as causas dos problemas constatados, questionando, inclusive, a efetividade das metodologias de ensino e avaliação desenvolvidas”, conforme Richter e Cardoso (2008, p.4).

Nesse contexto, deduzimos que o mesmo oportuniza momentos de interação, no qual os participantes têm a oportunidade de realizar sua própria avaliação, bem como sua crítica em relação as suas estratégias de avaliação e de ensino, conforme Richter e Cardoso (2008).

Do mesmo modo, Dalben (2004) refere-se ao Conselho de Classe como órgão colegiado, onde indica a participação os docentes e coordenação pedagógica. O qual, vivenciam o mesmo embasados na reflexão e avaliação do desempenho escolar apenas dos estudantes das diferentes turmas, séries ou ciclos.

Igualmente Libâneo (2004) reporta-se sobre o Conselho de Classe como uma entidade colegiada, constituída pelos seguintes sujeitos: docentes, representantes de estudantes e em possíveis circunstâncias, os pais. A qual, possui intuito de obter um conhecimento detalhado da turma e dos estudantes, onde é realizada verificação da didática do docente fundamentada através dos resultados atingidos.

Já Sant'Ana (1995) define Conselho de Classe como uma atividade pedagógica que é realizada frequentemente, na qual são reunidos um conjunto de docentes de uma mesma turma com o objetivo de conseguir obter um conhecimento mais detalhado da mesma, bem como observar e avaliar cada estudante de forma individual. Dessa maneira, acreditamos que o mesmo deve ser realizado durante o transcorrer do ano letivo, pelo menos, durante o final de cada unidade bimestral.

Também o mesmo pode ser intitulado como uma ocasião em que é vivenciada a avaliação diagnóstica do processo de ensino e aprendizagem, onde existe a atuação de estudantes e docentes (em diferentes momentos, às vezes) fundamentados no Projeto Político Pedagógico da escola, conforme Cruz (1995).

Ainda conforme o referido autor supracitado anteriormente o mesmo deve ser orientado de maneira democrática, favorecendo e reconhecendo as experiências vivenciadas dos docentes. E conseqüentemente, deve acontecer incentivos para que os mesmos desconstruam paradigmas onde possivelmente podem ocasionar uma mudança da cultura no contexto escolar em relação a avaliação.

## **Metodologia**

Uma investigação científica pode estar respaldada em diferentes tipos de especificidades, uma vez que “uma pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso” Moresi (2003, P.11). Nesse contexto, nosso estudo estará alicerçado em três formas de pesquisa, tais como:

*Pesquisa Bibliográfica*, pois precisamos de subsídios teóricos para fundamentar nossos estudos em relação ao surgimento do Conselho de Classe no Brasil, bem como sobre seu conceito e finalidade. Já que “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” [...] Marconi e Lakatos (2017, p. 183).

*Pesquisa de Campo*, visto que os sujeitos participantes de nosso estudo são docentes e equipe gestora em que atuam numa determinada instituição de ensino da cidade de Toritama - PE. Pois, “o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana” Gil (2002, p.53).

*Estudo de caso*, uma vez que realizamos uma análise em relação as concepções de educadores e equipe gestora sobre o conceito e a finalidade do Conselho de Classe. Pois, de acordo com Laville e Dione (1999) o referido estudo viabilizará a princípio esclarecimentos sobre o caso analisado.

Nessa perspectiva, a nossa pesquisa está fundamentada em um caráter qualitativo, uma vez que vivenciamos a aplicação de entrevistas estruturadas, com o intuito de analisar e identificar as concepções de docentes e equipe gestora a respeito do conceito e finalidade do Conselho de Classe no campo de nosso estudo. Pois, na pesquisa com abordagem qualitativa, Moresi (2003) relata que é realizada a inferência de acontecimentos, bem como é feita a identificação de questionamentos, nos quais ao serem investigados compreendemos a sua relevância.

E ainda, quantitativo – exploratório, pois busca compreender como os sujeitos pesquisados concebem e refletem em relação ao Conselho de Classe. Visto que, no mesmo o pesquisador pode [...] “conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado” Marconi e Lakatos (2017, p. 188).

Nesse sentido, para desenvolvermos nosso estudo realizamos entrevistas estruturadas com os seguintes sujeitos, tais como: docentes, coordenador (a) e Gestor (a). Assim, organizamos o quantitativo de pessoas pesquisadas da seguinte maneira:

Tabela 1: Pessoas pesquisadas

<b>GESTOR (A)</b>	<b>COORDENADOR (A)</b>	<b>DOCENTES</b>
1	1	7

Nesse contexto, com o intuito de atingirmos os objetivos já mencionados no presente desenvolvemos nosso estudo em uma escola municipal do Município de Toritama – PE. A referida cidade é referência no estado de Pernambuco em relação a indústria de confecções especificamente no trabalho desenvolvido com Jens, transformando-se em um grande centro econômico local.

Desta forma, nosso campo de investigação foi uma Instituição Pública com dependência municipal localizada na zona urbana do referido município e atua na modalidade de ensino regular, mais especificamente com turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Assim, a referida escola possui um total de 10 turmas organizadas da seguinte maneira:

Tabela 2: Quantitativo de turmas da escola pesquisada

SÉRIE	TURMA	QUANTIDADE
6° Ano	A	02
6° Ano	B	
7° Ano	A	03
7° Ano	B	
7° Ano	C	
8° Ano	A	02
8° Ano	B	
9° Ano	A	03
9° Ano	B	
9° Ano	C	
<b>TOTAL</b>		<b>10</b>

Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2018

Já em relação a equipe Pedagógica - Administrativa é constituída por: 01 Gestor (a); 02 Coordenadores (as) Pedagógicos (as) e 01 Secretário (a). Já em correlação ao quadro docente é formada por: 09 professores. Em relação aos Funcionários Administrativos, Serviços Gerais e Merendeiras é composto por: 02 Assistentes Administrativos, 04 Serviços Gerais e 1 Merendeira.

Dessa maneira, as informações coletadas no campo de estudo foram analisadas através da técnica de Análise de Conteúdo (AC), pois a mesma permite uma “exploração qualitativa de mensagens e informações” Moraes (1999, p.1). Assim, através desta técnica buscou-se ler e interpretar as questões da entrevista respondidas pelos participantes da pesquisa, de maneira que façamos referência ao conteúdo já apresentado na fundamentação teórica desse estudo.

Assim, as respostas apresentadas nas entrevistas pelos sujeitos do estudo foram analisadas através da técnica mencionada, seguindo as etapas abordadas por Moraes (1999, p. 4): “1 - Preparação das informações; 2 - Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3 - Categorização ou classificação das unidades em categorias; 4 - Descrição; 5 – Interpretação”.

## Resultados e Discussão

Nessa perspectiva, utilizamos para análise dos dados os seguindo as estratégias proposta pela técnica de Análise de Conteúdo (AC), na qual fizemos a organização das informações, transformação do conteúdo em unidades, categorização dos dados coletados em cada questão, descrição das categorias e interpretação das informações organizadas.

É importante ressaltar que foi preservada a identidade dos participantes da pesquisa, assim os professores foram codificados como P1, P2, P3 P4, P5, P6 e P7. Bem como, em relação ao gestor (a) e ao coordenador (a) codificou-se respectivamente como G1 e C1. Assim, a partir do questionamento a respeito do conceito de Conselho de Classe, coletamos as seguintes informações presentes no quadro 1.

**Quadro 1:** Concepção a Respeito do Conselho de Classe

<b>Categorias</b>	<b>Sujeitos Pesquisados</b>
Encontro para analisar os problemas dos estudantes.	P1, P2, P3, P5 e P7
Oportunidade para solucionar as dificuldades dos estudantes.	P1, P2, P3 e P7
Maneira de conhecer o cotidiano dos estudantes na escola.	P4
Discussão sobre a aprendizagem dos estudantes.	P6
Estudo sobre os estudantes em relação as suas potencialidades, frequência e comportamento.	C1
Discussão coletiva para apresentar as dificuldades dos alunos, professores e instituição.	G1

Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2018

Desta maneira, percebe-se que P1, P2, P3 e P7 entendem o Conselho de Classe como um momento em que é realizada uma investigação das dificuldades dos estudantes, bem como é um espaço para resolver os problemas identificados. Porém, P5 o compreende apenas como uma forma de verificar os problemas dos estudantes.

Entretanto, no ponto de vista de P6 é uma ocasião onde discutir-se a aprendizagem dos estudantes. Já para P4 é um meio para saber da rotina dos estudantes na escola.

Já C1 possui a compreensão de que o Conselho de Classe seja um ensejo para conhecer e analisar as competências, a assiduidade e a conduta dos estudantes.

Por conseguinte, constata-se que existe a possibilidade de G1 vivenciar uma prática de gestão democrática quando o (a) menciona a expressão “Discussão Coletiva”. Isso corrobora com a lei de Diretrizes e Bases da Educação –LDB/9394 de 1996 em seu artigo 14, quando aponta a vivência da gestão democrática nos estabelecimentos de ensino do Brasil.

Nesse sentido, o entendimento do (a) mesmo (a) em relação ao Conselho de Classe está focado no envolvimento de todos, ou seja, é um momento que seja discutido não só apenas as dificuldades dos estudantes, mas também as dos docentes e de todos que fazem parte da Instituição de Ensino.

Assim, diante do apresentado no quando 1, percebe-se que existe uma característica negativa apontada por Richter e Cardoso (2008) quando menciona que no Conselho de Classe são identificados problemas da rotina escolar, mas não são discutidas as causas dos mesmos.

Em relação ao questionamento acerca da finalidade do Conselho de Classe, reunimos as seguintes informações presentes no quadro 2.

**Quadro 2:** Finalidade Acerca do Conselho de Classe

<b>Categorias</b>	<b>Sujeitos Pesquisados</b>
Analisar quais alunos devem ou não serem reprovados.	P1, P2, P3, P7 e C1
Mostrar realmente a situação de cada aluno nas disciplinas.	P4 e P5
Avaliar algumas situações específicas de cada aluno.	P6
Refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem.	G1

Fonte: Elaborado pelos próprios autores, 2018

Diante do exposto, verifica-se que P1, P2, P3, P7 e C1 percebem a utilidade do Conselho de Classe na perspectiva de definir a vida escolar dos estudantes decidindo a aprovação ou reprovação dos mesmos.

Nesse sentido, P4 e P5 apontam a intenção de verificar as notas dos estudantes em cada Componente Curricular, visando identificar quais conseguiram atingir um desempenho satisfatório ou insatisfatório.

Portanto, percebe-se que a visão do ensino tecnicista de décadas passadas sobre o Conselho de Classe apontada por Fernandes (2007, p. 265) quando nos que o mesmo servia para “controlar o processo educativo e produzir estudantes úteis e dóceis” ainda se perpetua atualmente, visto que a maioria dos docentes e até mesmo a coordenação da escola concerne a função do Conselho de Classe como sendo uma ação fundamentada da medição do conhecimento dos estudantes.

Apenas P6 não definiu claramente qual o propósito da vivência do Conselho de Classe, visto que o (a) mesmo (a) não informou quais as situações que devem ser avaliadas nessa ação.

Por conseguinte, identifica-se que G1 possui a compreensão de que a realização do Conselho de Classe deve está fundamentada na reflexão do processo de desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, bem como as estratégias de ensino abordadas pelos docentes. Assim, corroborando com Libâneo (2004, p.303) quando diz que o Conselho de Classe “é a instância que permite acompanhamento dos alunos” [...] e que viabiliza [...] “uma análise do desempenho do professor”.

### **Considerações Finais**

Considera-se que a vivência deste estudo proporcionou uma significativa contribuição para análise-se das concepções dos docentes e equipe gestora de uma escola da rede pública de ensino do município de Toritama- PE em relação ao conceito e finalidade do Conselho de Classe, pois conseguiu-se chegar a algumas considerações a respeito do entendimento dos sujeitos pesquisados a respeito do mesmo.

Nesse sentido, identificou-se que a maioria dos professores concebem o Conselho de Classe como um momento de relato de dificuldades, entretanto os mesmos não discutem os motivos para o surgimento das mesmas.

Já em relação a equipe gestora notou-se divergência, visto que (a) coordenador tem preocupação com as potencialidades, frequência e atitudes dos estudantes. Já o (a) gestor (a)

apresenta uma inquietação em relação as dificuldades dos estudantes, professores e com a Instituição.

Por conseguinte, percebeu-se que o (a) gestor (a) sinaliza a viabilidade de uma gestão democrática, a qual em seus Conselhos de Classe exista a participação de todos através de momentos de discussões.

Todavia, constatou-se que a maioria dos professores entendem que a utilidade do Conselho de Classe fundamentada na verificação do desempenho dos estudantes para que seja decidido da aprovação ou reprovação dos mesmos.

Apenas um professor não conseguiu explicitar a finalidade do Conselho de Classe, pois o mesmo não informou quais especificidades são avaliadas nessa ocasião.

Entretanto, averiguou-se outra discordância entre a equipe gestora, pois o (a) gestor (a) concebe o propósito do Conselho de Classe como contribuição para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Já o (a) coordenador (a) possui uma compreensão atrelada a situação escolar dos estudantes.

Portanto, verificou-se que à luz do embasamento teórico exposto nesse estudo os professores e equipe gestora aproximaram-se sobre a compreensão do Conselho de Classe, mas em relação a sua finalidade apenas o (a) gestor (a) da referida instituição demonstrou vestígios de entendimento.

Sendo assim, propôs-se que sejam realizados novos estudos, como também formação continuada a respeito do Conselho de Classe discutindo seu conceito, bem como sua finalidade.

## Referências

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 496 p. 2016.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de Classe e participação**. Revista de Educação AEC. Brasília, DF: AEC do Brasil, nº. 94, jan./mar 1995, p. 11 – 136.
- DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e conselho de classe**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1996. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).

FERNANDES, Susana Beatriz. **Conselho de Classe: Os Micropoderes da Avaliação.**

Revista Online Diálogo. Canoas. n.11. p. 263-274. Jul-Dez 2007. Disponível em:

<[https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs\\_online/artigos/dialogo/2007\\_n11/sbfernandes.pdf](https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/dialogo/2007_n11/sbfernandes.pdf)>.

Acesso em: 05 de jan. 2018.

GIL. Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5. ed. revista ampliada – Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LOPES, Marília Soares Ricardo. **Conselho de Classe: O Funcionamento de um Espaço Político- Pedagógico a Ser Ressignificado.** 2016. 136 f. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2016/11/MARILIA-SOARES-RICARDO-LOPES.pdf>>. Acesso em: 02 de jan. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa.** Brasília: Universidade Católica de Brasília- Março, 2003. Disponível em: <[http://ftp.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/1370886616.pdf](http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1370886616.pdf)>. Acesso em: 20 de mar. 2016.

RICHTER, Cirene da Silva; CARDOSO, Luzia Rodrigues. **Conselho de Classe: Um Momento de Reflexão das Práticas Avaliativas.** Portal Educacional do Estado do Paraná. 2008. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1774-8.pdf> >. Acesso em: 05 de jan. 2018.

SANT'ANNA, Ilza Martijns. **Por que avaliar? : Como avaliar? : critérios e instrumentos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Marta Betanes da. **Conselho de Classe: espaço de análise, reflexão e avaliação do trabalho pedagógico.** Portal Educacional do Estado do Paraná. 2011. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_marta\\_betanes\\_silva.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_marta_betanes_silva.pdf)>. Acesso em: 03 de jan. 2018.